Na sociedade carolíngia se defrontam dois grupos: de um dalo, os poderosos aristocratas leigos e eclesiásticos, gravitando em torno da corte real, que, pela sua educação, seu gênero de vida, sua aptidão à guerra, suas riquezas, regem o Império; do outro lado, os camponeses livres ou servos, os mercadores, os judeus, dependendo muito de perto dos poderosos.

Os carolíngios estavam às voltas com os problemas da vida material. Era necessário explorar a terra para se alimentar dificilmente; os artesões rurais e urbanos fabricavam materiais com que se vestir, se equipar e se alojar.

A época carolíngia é tida como de renascimento intelectual e religioso. As escolas e os *ateliers* dos escribas foram a origem da renovação. Os *clercs* e os monges tinham o monopólio da cultura. Eles educam os aristocratas leigos e asseguram a "salvação" do povo. Toda a vida religiosa é centralizada na prece litúrgica.

Os carolíngios vivem dificilmente em consequência das guerras e da peste. Devem procurar protetores: primeiramente o rei, supremo juiz, mas também os grandes, e enfim a Igreja. Eles têm, além disso, de recorrer à proteção dos santos, honrando as relíquias e fazendo peregrinações. Esses são os principais aspectos do livro que é uma bela síntee da vida quotidiana no período carolíngio.

E. S. P.

* *
*

SODRÉ (Nelson Werneck). — *Síntese de história da cultura brasileira*. Editora Civilização Brasileira. Rio de Janeiro. 1972. 136 pp.

Mais um trabalho de Nelson Werneck Codré — publicado em 1970 e reeditado no ano passado — a ser acrescentado à sua vastíssima produção como escritor. *Síntese de História da Cultura Brasileira*, no entanto, embora nos traga de volta a velha discussão em torno da obra de Sodré, tem alguns traços particulares que fazem-no digno de um interesse especial: inicialmente, nele Sodré se debruça sobre o presente, considerado a partir das limitações que ultimamente se vem impondo à produção intelectual e artística em nosso país; em segundo lugar, porque aborda, embora sem fugir aos moldes de seus trabalhos anteriores, um tema altamente controvertido, cujo campo de estudo atravessa, em nossos dias, grave crise metodológica que se reflete na quase totalidade dos trabalhos que enfocam temas ligados à história da cultura (no sentido que o autor dá à palavra), das idéias, mentalidades, ou outras denominações que se prefira utilizar.

O livro está dividido em duas partes. A primeira, intitulada "A herança cultural", descreve e analisa em pouco menos de cinquenta páginas as diversas "fases" de nossa cultura: a "cultura colonial", caracterizada primordialmente pela transplantação e pela alienação face aos problemas locais, e a "cultura de transição" que compreende o período iniciado com a atividade mineradora e se prolonga até a Revolução de 1930, marco — segundo o autor — da ascenção da burguesia brasileira e da elaboração de uma cultura propriamente nacional. A segunda parte do livro, rotulada pelo autor de "O desenvolvimento cultural", aborda a cultura nacional em seu estágio presente, definido a partir do desenvolvimento das relações capitalistas no Brasil, que marca a produção cultural em todos os setores que Sodré discute: cinema, rádio, tv, música popular, teatro, artes plásticas, a Universidade, as atividades editoriais. O autor encerra o livro mostrando que o principal empecilho que se coloca ao "desenvolvimento cultural" brasileiro está intimamente relacionado com a falta de liberdade de criação e pensamento, sem a qual "não há como colocar o problema da cultura" (p. 135).

Antes de qualquer comentário, é necessário resalvar o conceito de cultura utilizado neste trabalho. Já pelo que foi colocado acima, pode-se deduzir que o termo "cultura" é empregado não em seu sentido antropológico/sociológico, mas designa "o conjunto de formas da vida espiritual da sociedade, que nascem e se desenvolvem à base do modo de produção dos bens materiais historicamente determinado. Assim, entende-se por cultura o nivel de desenvolvimento alcançado pela sociedade na instrução, na ciência, na literatura, na arte, na filosofia, na moral, etc." (M. Rosental e P. Iudin, *Dicionário Filosofico Abreviado,* Ediciones Pueblos Unidos, Montevideo, 1950, citado por Sodré, pp. 3-4).

Descrevendo a primeira "fase cultural" brasileira, que se define pela situação de dependência colonial, Sodré encaminha sua análise no sentido de mostrar o caráter da vida cultural deste período, marcada pela destruição da comunidade indígena, seus valores e costumes, e pela formação jesuítica. O isolamento geográfico interno, a ausência de vida urbana, a distância em relação à metrópole são fatores apontados como "traços que denunciam... refratariedade às formas superiores de cultura" (p. 13). As condições objetivas desfavoreciam a atividade cultural, entregue exclusivamente ao ensino de origem religiosa que controlava toda a estrutura de transmissão sistemática da cultura. Por outro lado, o ensino jesuítico "conservado à margem, sem aprofundar sua atividade e sem preocupações outras senão as do recrutamento de fiéis ou de servidores, tornava-se possivel porque não perturbava a estrutura vigente, subordinava-se aos imperativos do meio social, marchava paralelo a ele" (p. 17). A formação jesuítica — do dogma, da autoridade, da linha escolástica — continha um elemento de repulsa às atividades inovadoras ou criativas, bem como um completo desligamento em relação aos aspectos da

vida prática, o que define, para o autor, seu caráter de classe a partir do estabelecimento da contradição entre o trabalho físico e a atividade intelectual — privilégio da classe dominante.

O período seguinte na história da cultura brasileira, ao qual Sodré rotula "de transição", se recorta a partir do aparecimento no quadro nacional, de uma pequena burguesia anterior à própria burguesia (p. 23), gerada na crescente complexidade assumida pela sociedade nacional com o advento da atividade mineradora. Esta pequena-burguesia precoce vai desempenhar importante papel tanto ao nivel político — quando se tratou de importar a ideologia burguesa, suas reivindicações e formulações — quanto ao nivel cultural através da implantação no Brasil de padrões e valores estéticos provenientes do avanço burguês no Ocidente europeu. A nova sociedade gerada pela mineração traz em seu bojo exigências culturais até então desconhecidas, que nascem da pequena burguesia e se dirigem preferencialmente a ela. Dentro deste quadro, Sodré insere o desabamento da estrutura unitária do ensino jesuítico, acarretado pela reforma de Pombal.

A classe dominante procura formar seus quadros, buscando nas Universidades européias formação humanística, ainda desvinculada dos problemas e necessidades locais. É, no entanto, neste período que vão surgir as primeiras manifestações "nacionais" da cultura, propostas basicamente em trabalhos dos artesãos do barroco mineiro — geralmente de origem humilde. Aliás, a produção intelectual e artística deste período em Minas Gerais fornece o que Sodré considera os primeiros trabalhos "dignos de menção" — no barroco escultural e arquitetônico, musical, nos poetas da Inconfidência Mineira — embora só os primeiros tenham alcançado realmente a capacidade de criação original (nacional).

O interesse pelas atividades intelectuais e artísticas que se manifesta na "camada intermediária" da população — ligado, segundo o autor, ao desejo de ascenção social, — vai formar o que Sodré chama de "classe culta", a intelectualidade da época de formação literária e abstrata, que depende da classe dominante senhorial e vai dar expressão aos seus interesses no processo de autonomia nacional. Por outro lado, a importância assumida pela implantação dos cursos jurídicos em nosso país, com sua visão humanista e universalista, vai se concretizar na crescente atuação desses elementos no jornalismo político, nos debates do parlamento, na atividade judiciária, etc. Esta "classe culta" oscila entre dois polos dicotômicos: as condições objetivas traduzidas nos interesses das classes dominantes e as "fascinantes influências" do pensamento burguês europeu. "Este descompasso entre a formulação política e o atraso do meio, que foi nota constante nas manifestações de rebeldia dos letrados, traduzia talvez o inconformismo com nossas deficiências, mas, de uma forma ou de outra, mostrava o traço de alienação cultural peculiar aos povos

de passado colonial" (pp. 40-41). Este traço aprofunda, cada vez mais, a distância entre as "culturas" das elites e das classes populares.

No quadro das transformações pelas quais passa a sociedade brasileira, a pequena burguesia — notadamente seu setor intelectualizado, — vai assumir o papel de vanguarda para a nascente burguesia, crescendo quantitativamente e em termos de influência, buscando maior participação política e "pondo em questão verdades aceitas" (p. 48). É dentro desta moldura que Sodré insere as obras de Machado de Assis, Tobias Barreto, Ruy Barbosa, Castro Alves, Sylvio Romero, Euclides da Cunha entre outros, sem se deter em maiores considerações que permitiriam uma identificação mais particularizada. A incorporação do positivismo, por outro lado, dá novas forças a este avanço reformista na medida em que permite conciliá-lo com os valores tradicionais.

Segundo o autor, a "fase" percorrida entre o momento reformista de fins do século XIX — reformas religiosa, militar, eleitoral, abolição, proclamação da República — e a eclosão da Iª Guerra Mundial em 1914 marcam uma etapa de estagnação cultural, que vai ser sacudida pelo avanço das relações capitalistas de produção no Brasil, posterior à Guerra. Este avanço econômico é acompanhado de profunda contestação política e cultural, liderada pela intelectualidade pequeno burguesa, e pode ser tipificado, no nivel político pelos movimentos tenentistas, e no nivel cultural pelo modernismo de 1922. Seriam ambos, para Sodré, aspectos ou manifestações características do avanço da burguesia em nosso país. Ainda assim, o modernismo mantem os mesmos padrões que caracterizavam a produção cultural anterior: nacional nos temas, importada nas formas e técnicas. De qualquer forma, este movimento é visto como uma manifestação desta "vanguarda ousada, rompendo obstáculos e desprezando preconceitos, receptiva às mudanças, descompromissada com a sacralidade de valores estabelecidos" (p. 60), em íntima correlação com o desenvolvimento das relações capitalistas no âmbito nacional.

*

A apreciação das análises de Sodré impõe ao crítico consideravel dificuldade, tantas as questões a serem levantadas e tal a quantidade de aspectos a serem discutidos. De qualquer forma, o simples resumo de suas colocações já deixa entrever a fragilidade desta análise, que se manifesta em todos os níveis — desde os fundamentos teóricos até o dado da total ausência de pesquisa nesta primeira parte da obra. A este respeito é de se notar que nestas primeiras sessenta páginas Sodré se utiliza apenas de dois ou tres trabalhos próprios, muito pouco da obra de Sérgio Buarque de Holanda, *Raízes do Brasil*, e muito da obra clássica de Fernando de Azevedo, citada constantemente e que serve de base a toda a sua análise. Evidentemente, a bibliografia sobre o tema abordadc é bastante reduzida — e muito mais se se pensar em termos de monografias que justifiquem a preocupação com a elaboração de

uma síntese. Este fator — a "síntese" de uma história que ainda não foi devidamente pesquisada — carrega boa parte da responsabilidade pela inconsistência deste livro considerado, pelo menos, em sua tentativa de análise histórica.

É ainda de se notar a facilidade com que Sodré se utiliza de conceitos como o de "herança cultural", ou as idéias de influência e tradição, de aplicação bastante problemática, tendo em vista a necessidade imperiosa de, quando menos, se esclarecer o significado destas categorias já bastante contestadas no campo da história das idéias. Sem querer entrar no debate é, no entanto, pertinente lembrar que a utilização dada às mesmas pelo autor tem muito de tradicional e impressionista, na medida em que tais categorias se inserem na análise sem maior questionamento, sem nenhuma preocupação metodológica que, especialmente dentro do campo abordado, mereceria uma discussão mais ampla.

Seria ocioso voltar à discussão — já antiga e praticamente esgotada — da utilização dogmática do esquema das quarto fases do processo histórico na interpretação da história brasileira que está presente em toda a obra de Sodré. Por outro lado, seria talvez escusado insistir no mecanicismo de suas análises, não fosse o aspecto peculiar deste livro que enfoca o campo da história das idéias — onde esta falha, já tradicional na vasta produção de Sodré, se manifesta com maior clareza no que tange ao problema do "reflexo". Para ele, há uma corespondência perfeita, simétrica, entre o nivel infraestrutural e o mundo das idéias. As mudanças na estrutura sócio-econômica são seguidas, imediatamente, por mudanças no campo cultural — e desta forma Sodré periodiza as diversas "fases culturais" a partir de um modelo teórico rígido, constantemente desmentido pela pesquisa, no qual são encaixados vários níveis de análise com cronologias idênticas como se o tempo fosse, para o historiador, uma categoria absoluta e indivisivel.

Este tipo de visão que marcou, pelo menos na última década, nossa historiografia, tem provocado inúmeras distorções, falhas de compreensão e mesmo falseamentos na descrição do processo histórico brasileiro — que aliás, se refletiu negativamente na própria compreensão e busca de soluções para os problemas práticos do presente.

Resta apenas, para não nos alongarmos em demasia nestas críticas, observar que é extremamente necessário quando se trabalha no campo da História, e especialmente a das idéias, um severo cuidado quando se trata de adjetivar — como faz Sodré — as coisas do passado. Formulações subjetivas como as que se referem a "indigência" (p. 20) da produção intelectual e artística da colônia, ou aos trabalhos que o autor considera "dignos de menção" (p. 14) são, quando menos, desnecessárias e mesmo prejudiciais à análise científica, na medida em que projetam valores atuais ao conhecimento objetivo da história, distorcendo a realidade estudada e correndo o risco de conferir à história o triste papel de memória nacional.

A segunda parte do livro aborda a última "fase cultural" brasileira, marcada pela aceleração no desenvolvimento das relações capitalistas de produção e o consequente aumento da burguesia e do proletariado, cujo marco se instaura na Revoluçãode 1930. O crescimento destas relações capitalistas acompanham as "três crises" do capitalismo internacional — as duas Guerras e a depressão de 1929 — que correspondem aos "três saltos" no desenvolvimento capitalista nacional. Após a II Guerra o imperialismo muda de orientação, voltando-se para a instalação de indústrias no interior do pais, disputando seu mercado interno. As novas relações de produção instauradas geram novas e crescentes exigências culturais — os produtos da cultura transformados, agora, em mercadorias. Assim, para Sodré, é errôneo estudar a cultura brasileira sem considerar esta mudança qualitativa que reflete, inclusive, um desenvolvimento capitalista "desigual, passando por ritmos diversos, superando crises, destruindo valores, avançando aos arrancos" (p. 66).

Distinguem-se duas sequências no período histórico que se inicia em 1930: a primeira, da revolução de 1930 até o final da II Guerra; a segunda, que se inicia em 1945 e prossegue em nossos dias. As diferenças entre ambas são mais de ordem quantitativa e se definem em termos da passagem do Brasil da esfera de influência inglesa para a norte-americana: do ponto de vista cultural, as influências européias predominantes até a II Guerra cedem lugar às da América do Norte.

A primeira sequência fica marcada por grande efervescência política e por uma intensa luta ideológica. Começa com relativa liberdade, indo desembocar na ditadura de 1937 que reflete, para Sodré, a ascenção nazi-fascista na Europa. É, desta forma, uma fase de intensa participação política, onde os autores são levados a se colocarem dentro de uma perspectiva de engajamento. O desenvolvimento das relações capitalistas "gera estímulos, de um lado, e particularmente de início, mas depois apresenta deformações e cria servidões no domínio da cultura" (p. 71). As constantes tentativas de supressão do analfabetismo, por exemplo, geradas pela necessidade econômica de melhorar o nível do operariado, são contrabalançadas pelo afunilamento do acesso aos graus posteriores do ensino. Acompanha este processo o tardio aparecimento, no quadro nacional, das Universidades, vistas sempre com desconfiança — as contradições da sociedade brasileira funcionando como explosivos na destruição de seus alicerces, já fracos de origem. Por outro lado, à medida em que se desenvolviam as relações capitalistas, a pesquisa científica tem grande incremento passando do esforço individual e isolado dos pesquisadores para a área institucional.

A esta fase de intensa renovação cultural se segue, após 1945, uma outra marcada primordialmente pelos meios e técnicas de cultura de massas, cujas características essenciais são a homogeneização e padronização de gostos, idéias, valores, etc. dentro das fórmulas da produção em série, que destinam ao desa-

parecimento ou à profunda debilitação as culturas nacionais. Para Sodré, é necessário encarar o aparecimento dos meios de comunicação de massa — rádio, tv, cinema, publicidade — não como fator gerador do problema, mas como resultado da estrutura sócio-econômica gerada pelo sistema capitalista. "Essa é a cultura que os meios de massa difundem, hoje, no Brasil: além de seu baixíssimo nivel e de seu teor desumanizante, tende, cada vez mais, à desnacionalização, ao esmagamento de nossa herança cultural. Nosso povo, destituido de quaisquer direitos, inclusive o que afeta à sua cultura, para não falar no impedimento à ampliação dela, é ainda acusado pelo nivel baixo" (p. 79).

Passando a analisar os diversos ramos da cultura nacional, Sodré procura mostrar como eles estão ligados aos interesses imperialistas, ou limitados por eles e pelo regime vigente. O cinema nacional e as dificuldades que encontra para se impor em face do controle da distribuição operado por grupos ligados principalmente ao cinema norte-americano, e da penetração maciça do filme estrangeiro; a cartelização do rádio e da televisão e seu compromisso com o anunciante, com a cultura importada, e sua capacidade massificante de vendedores de ídolos e sabonetes; a música popular, falseada enquanto produto de consumo distribuido pelos meios de comunicação de massa e pela engrenagem comercial das gravadoras; o teatro, em crise permanente pela recusa de se amoldar aos padrões vigentes; as artes plásticas, transformadas em veiculo de entesouramento de uma burguesia refinada; a imprensa e o livro, controlados pelo anunciante e pelas agências de notícias estrangeiras, no primeiro caso, e bloqueado pela compra das editoras nacionais por empresas estrangeiras e pelo alto preço do livro que dificulta seu uso em maior escala; finalmente, a Universidade, vista a partir das limitações impostas pelo sistema na medida em que, de centro da luta ideológica nacional, se tenta transformá-la em entidade apolítica e acrítica através da canalização de recursos financeiros tanto quanto repressivos. A tudo isto se acrescente os mecanismos policiais mobilizados na vigilância à cultura, seja em termos de censura, seja em termos de repressão direta.

*

Evidentemente, não se trata de uma análise científica, regida por metodologia apurada ou critérios rígidos de aferição. Esta segunda parte do livro de Sodré se caracteriza antes pelos aspectos da sensibilidade — na forma de perceber os problemas — e da denúncia — na forma de coloca-los para o leitor.

Deve-se acrescentar que estas análises, especialmente quando se fixam em campos específicos da atividade cultural, embora válidas em certo sentido não deixam de ser incompletas, truncadas em aspectos importantes que mereceriam maior destaque. Vários problemas da maior importância — como o do distanciamento cada vez mais agudo entre uma elite intelectual e as massas —

deixam de ser abordados mais rigorosamente, quando teria necessariamente de aflorar especialmente na parte final da análise quando são abordados setores como o cinema, o teatro, as artes plásticas, a própria Universidade. Ainda pequenas críticas devem ser colocadas a partir de esquecimentos inexplicaveis — porque deixar de lado, por exemplo, a literatura? — ou certos cortes bruscos na análise — porque encerrar o tópico referente à MPB na Bossa Nova, deixando de lado movimentos mais recentes e igualmente significativos?

Por outro lado, parece desnecessário insistir nas críticas já formuladas quanto à primeira parte do livro, para colocar nos mesmos termos a forma pela qual Sodré analisa o desenvolvimento histórico brasileiro posterior a 1930 — inclusive o erro que já vem sendo corrigido em nossa historiografia —, de se considerar esta data como marco definitivo da ascenção da burguesia industrial no quadro brasileiro.

De qualquer forma, este trabalho de Nelson Werneck Sodré vale pelo que contem de advertência e de visão crítica do presente. Com efeito, o problema da desnacionalização e da massificação da cultura se impõe ao debate, uma vez que tende a provocar o esgotamento da capacidade crítica nacional e a acarretar desvios no caminho de uma autêntica busca de soluções próprias — e não importadas com os enlatados da tv. Uma cultura nacional — no sentido de atividade intelectual voltada essencialmente para os problemas nacionais e buscando soluções específicas para o caso brasileiro — é, sem dúvida, um objetivo que nunca foi atingido. O livro de Sodré nos relembra que estamos cada vez mais longe dele.

De resto, o livro vale — apesar de todas as suas incorreções — pelo que contem de advertência à toda a intelectualidade brasileira: o grande problema que se coloca, aqui e agora, e que antecede qualquer outro na ordem de importância, é o da conquista da liberdade. Na medida em que define os limites da crítica e da criatividade, ela é condição vital para seu trabalho cotidiano. Evidentemente, tal advertência não é nova; mas permanece extremamente viva e necessária diante da constatação de que, cada vez mais, setores cada vez maiores da nossa intelectualidade parecem tentados a deixá-la em plano secundário, esquecida nos trabalhos corajosos que, eventualmente, aparecem.

MARIA CLEMENTINA PEREIRA CUNHA

* *

*

TAVARES (Maria da Conceição). — *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro*. Zahar Editores. Rio de Janeiro. 1972. 262 págs.

O grande debate em torno do "modelo de desenvolvimento brasileiro" reuniu partidários e opositores numa polêmica enriquecida por valiosas análises de